

Dossiê Temático:

Os Usos do Passado na Escrita da História

Ana Arêdes¹
Mareana Barbosa²

Os regimes de historicidade estão intrinsecamente ligados aos diferentes usos que o passado pode ter. A organização e narração de eventos históricos não são, contudo, práticas exclusivas dos historiadores. Movimentos políticos e estéticos, projetos institucionais, práticas de patrimonialização e a construção de acervos arquivísticos recorrem ao passado como um recurso valioso para elaborar narrativas que conferem identidade e continuidade a grupos e sociedades. Essas narrativas, por sua vez, podem ser instrumentos de consolidação do poder, de legitimação de posições e de promoção da coesão social, refletindo os interesses e objetivos daqueles que as constroem.

Este dossiê reúne contribuições que exploram como diferentes contextos históricos e culturais mobilizam o passado e suas múltiplas interpretações. A seleção de artigos deste número amplia a compreensão de como as narrativas históricas são configuradas, legitimadas e disputadas, envolvendo práticas discursivas que vão da literatura e do cinema à organização de espaços e à construção de modelos sociais. Cada artigo apresentado convida à reflexão sobre as complexas relações entre memória, poder e identidade.

O artigo Cabra Marcado Para Morrer e a construção de narrativa da contrarrevolução preventiva, de Bruna Ayres, mestranda em Ciência Política pela Fundação Getúlio Vargas, investiga a relação entre o golpe militar de 1964 no Brasil e a atuação das Ligas Camponesas, especialmente no Nordeste, analisando o caso da Liga Camponesa do Engenho da Galileia (PE) e a produção do filme Cabra Marcado Para Morrer para discutir a construção de uma narrativa de «contrarrevolução preventiva». Ayres examina como a suposta ameaça comunista foi um elemento discursivo eficaz em criar um clima de medo e consenso social, contribuindo para a aceitação do golpe, ao mesmo tempo em que deslegitimava movimentos populares, como as Ligas Camponesas, e a discussão sobre a reforma agrária. A narrativa golpista alegava que a

1 anaelisaarede@gmail.com

2 mareanamathias@gmail.com

produção cinematográfica incitava uma revolução comunista no campo. No entanto, os camponeses e a equipe de filmagem apresentam outra perspectiva, com relatos sobre momentos de extrema repressão. O contraste entre esses relatos e a narrativa golpista revela um campo de disputas políticas e sociais intensas, que também se manifestavam nos discursos, evidenciando as tensões entre os diferentes grupos envolvidos e suas respectivas visões sobre o Brasil pós-1964.

Em *Visões políticas na historiografia acadêmica dos anos 1970*, Wesley Rodrigues de Carvalho analisa dissertações defendidas no Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense na década de 1970. Com uma abordagem qualitativa e comparativa, Carvalho, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, investiga a relação das dissertações com o cenário político latino-americano da época, classificando-as conforme as perspectivas políticas que expressam. Desta forma, o estudo identifica tanto as justificativas para regimes autoritários e o alinhamento com potências estrangeiras quanto às críticas à repressão estatal, à exploração econômica e às desigualdades enfrentadas pelos países latino-americanos. Por estes meios, o historiador Carvalho aborda as disputas narrativas que marcaram o período e como as tensões políticas e ideológicas se refletiram na produção historiográfica, analisando também a reverberação dessas disputas na politização da historiografia nas décadas de 1970 e 1980, com ênfase no engajamento dos historiadores em questões políticas. Por fim, o estudo examina as desigualdades de gênero na academia, antecipando a crescente relevância dessa temática nos anos seguintes.

O artigo *A fraude da História nas obras de Leandro Narloch e Olavo de Carvalho*, de Beatriz Correia da Silva, explora como textos contemporâneos abordam o período ditatorial brasileiro, promovendo uma reabilitação da memória autoritária. Ao analisar *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, de Olavo de Carvalho, e *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch, a autora, mestra em História pelo Programa de Pós-graduação em História Política da Universidade Estadual de Maringá, revela como a instrumentalização do passado é usada para sustentar visões políticas específicas e reescrever a história de maneira a minimizar os aspectos mais controversos e críticos do regime militar. Ao analisar como diferentes interpretações sobre o regime militar são formuladas e manipuladas, a autora examina como discursos que buscam enfraquecer os consensos historiográficos sobre o período, distorcendo ou omitindo informações, geram disputas narrativas e comprometem os princípios éticos da escrita da história. Desta forma, Silva provoca uma reflexão importante sobre como certas narrativas, ao serem distorcidas, podem ter um impacto duradouro na memória coletiva.

Em *Mãe Preta do bronze ao discurso (1950-1980)*, Isadora Maria Lopes Peli investiga o processo de criação, aprovação e impacto do Monumento à Mãe Preta, inaugurado em 1955 em São Paulo. Com a análise de atas e anais da Câmara Municipal de São Paulo produzidas entre as décadas de 1950 e 1980, Peli, historiadora e professora formada pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, identifica a criação do monumento e os discursos que o cercam refletem uma visão que busca reconhecer os feitos dos negros, mas ao mesmo tempo suaviza e romantiza o passado escravista, sem considerar as críticas e as demandas de mudança das entidades e coletivos negros. Embora o foco do artigo seja o Monumento à Mãe Preta, o estudo oferece

uma perspectiva analítica que é aplicável a diversas situações em que a memória histórica e o reconhecimento das populações marginalizadas se tornam objetos de disputa. Em diferentes cenários, os monumentos são instrumentos para promover narrativas orientadas por interesses políticos de forma a construir uma versão oficial da história local e nacional. Diante das críticas a essa versão, surgem novos protestos e questionamentos sobre como a memória coletiva é construída. Isso, por sua vez, gera um terreno fértil para o surgimento de novas frentes de debate sobre o reconhecimento de diversas populações e suas ações ao longo da história, desafiando as versões oficiais e abrindo espaço para novas interpretações.

Lucas Barroso, atualmente mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Andrea Cristina de Barros Queiroz, historiadora e diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, são os autores de *A trajetória polissêmica de Josué de Castro*, uma transcrição documental comentada e anotada. O documento em questão é uma entrevista concedida por Josué Apolônio Castro em 1928, na qual relata suas experiências com a Caravana Médica Brasileira na América do Sul. No comentário, os autores destacam as contribuições científicas e sociais de Castro e ressaltam como a entrevista é uma fonte historiográfica rica para o tema da escrita da história, especialmente no contexto latino-americano. Ao exaltar as qualidades de civilidade e progresso de países como Uruguai e Argentina e enfatizar a Caravana Médica como símbolo de união e avanço, a entrevista contribui para uma narrativa de resistência às imposições externas e busca afirmar uma identidade latino-americana voltada ao progresso, ciência e cultura. Ao mesmo tempo, ela destaca certos aspectos da modernidade e desenvolvimento, com uma crítica implícita ao Brasil e suas deficiências nesses campos.

Por fim, *O passado, a lapidação e a lusitanidade – Moysés Vellinho e os elogios a Gilberto Freyre* (1962), de Pâmela Cristina de Lima, examina como as narrativas de Vellinho sobre Freyre preservam e transmitem as premissas do ideal de lusitanidade na historiografia. Nesse artigo, Lima, mestranda em História na Universidade de Passo Fundo, analisa a obra de Moysés Vellinho, com ênfase em sua escrita sobre a história sul-rio-grandense, e identifica como o autor recorre aos conceitos freyrianos para construir sua própria narrativa histórica. Esta narrativa, por sua vez, serve como um instrumento para cultivar um nacionalismo em que o Brasil é apresentado como fundado pela ação portuguesa, e o Rio Grande do Sul, como um estado patriótico e unificado. Dessa forma, o estudo destaca a continuidade de certos discursos e a maneira como eles podem ser instrumentalizados para construir e manter uma identidade cultural e histórica. O artigo revela a complexidade das inter-relações entre figuras intelectuais e os ideais históricos que elas representam, mostrando que a escrita da história não é apenas um reflexo do passado, mas um meio de projetar e moldar identidades coletivas.

Este dossiê visa estimular o debate acadêmico sobre os usos do passado, promovendo uma reflexão crítica acerca da produção de narrativas históricas e suas implicações para a sociedade contemporânea. Em conjunto, os artigos apresentados fomentam discussões sobre as disputas narrativas e contribuem para o desenvolvimento de ferramentas analíticas que facilitam a compreensão da autonomia do discurso em relação à realidade, assim como a reflexão crítica sobre os processos de

escrita da História. Além de sua relevância para a epistemologia da História, as questões abordadas neste dossiê apresentam grande importância para as sociedades contemporâneas, que enfrentam intensos fluxos de informação, muitas vezes desorganizados e contraditórios. Projetos estéticos, culturais e programas políticos continuam a buscar, nas narrativas históricas, respostas que promovam coesão social e identifiquem o presente no passado e vice-versa, sublinhando a importância de compreender os usos do passado para a construção de um futuro mais consciente e reflexivo.